

PODER / Semana será movimentada no Judiciário e no Congresso. STF decidirá se eleição fluminense será direta ou indireta. Na Câmara, CCJ ouvirá representantes de confederações setoriais a respeito da redução da jornada de trabalho

Destino do Rio e escala 6 x 1

» EDUARDA ESPOSITO

Esta semana será de definição sobre a gestão do Estado do Rio de Janeiro. Na quarta-feira, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá se haverá eleições diretas ou indiretas para a escolha do governador que exercerá mandato-tampão até janeiro do ano que vem.

Quem comanda o Rio hoje é o desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça do estado, após a renúncia do governador Cláudio Castro, no último dia 23, sob a alegação de concorrer ao Senado. No dia seguinte, porém, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenou por abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022 e determinou sua inelegibilidade até 2030. Também foram punidos o ex-vice-governador Thiago Pampolha e o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) deputado estadual Rodrigo Bacellar (União).

O STF também terá de definir se a escolha do próximo governador será feita pela população ou pelos deputados da Alerj. Além disso, decidirá se o voto será aberto ou secreto.

O caso parou na Suprema Corte após o PSD, partido do ex-prefeito do Rio de Janeiro e pré-candidato ao governo do estado, Eduardo Paes, apresentar uma reclamação constitucional sobre o processo decisório que ocorria na Alerj. A legenda alegou que a renúncia de Castro foi uma "manobra" para manter seu grupo político no controle do estado e evitar os efeitos da cassação iminente do político pelo TSE.

No último dia 27, o Supremo formou maioria, no plenário virtual, para que a eleição fosse indireta. Horas depois, porém, o ministro Cristiano

Zanin concedeu **liminar ao PSD** suspendendo o pleito indireto e levando o caso para a análise presencial da Corte, marcada para quarta-feira.

Parlamento

No Legislativo, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 se aproxima da votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O relator da matéria no colegiado, Paulo Azi (União-BA), disse ao **Correio** que o relatório pode ser entregue na próxima semana. Ele está na dependência de uma decisão do presidente da comissão, Leur Lomanto Júnior (União-BA), sobre convidar ou não o novo ministro da Fazenda, Dario Durigan.

Azi explica que a audiência pública com Durigan é importante para saber como o governo se posiciona acerca de uma compensação. "Não vejo um motivo para (ele) não comparecer. Se é importante, o governo precisa se posicionar se vai ajudar os setores mais impactados ou deixar para a população pagar os custos", enfatizou.

Caso o presidente da comissão decida não ouvir Durigan, ou, se convidado, o titular da Fazenda não comparecer, o relator afirmou que entrega o relatório após ouvir, na audiência pública de amanhã, os setores produtivos impactados com a medida.

De acordo com Azi, não há nenhum problema para aprovar o texto na CCJ, pois não existe empecilho acerca do mérito da questão. Contudo, falta definir se a compensação será tratada agora ou apenas na Comissão Especial para onde a PEC será enviada, caso aprovada no colegiado.

Gustavo Moreno/STF



Zanin suspendeu as eleições indiretas para governador do Rio e levou caso ao plenário presencial

Alegação de erro

O PSD aponta que a eleição deve ser direta, em cumprimento à jurisprudência do STF, que, segundo os advogados do partido, estabelece o pleito direto em caso de dupla vacância dos cargos de governador e vice por decisão proveniente da Justiça Eleitoral. Para o partido do ex-prefeito do Rio Eduardo Paes, o TSE errou ao determinar a eleição indireta, ou seja, o pleito feito apenas entre deputados estaduais do Rio.

O deputado ainda avalia se irá entregar um texto alternativo abordando esse aspecto. Caso o ministro da Fazenda compareça à CCJ, Azi calculou que deve entregar o relatório em 15 dias para votar antes do fim de abril. "Vai depender do presidente convidar o novo ministro ou não. Se ele (Durigan) vier, em 15 dias (apresento o parecer)", afirmou o parlamentar.

Amanhã, também, a Câmara pode votar a PEC que destina 1% da receita corrente líquida da União, estados, Distrito Federal e municípios para assistência social e a criminalização da misoginia — aprovada no Senado na última semana.

A PEC vai adicionar na Constituição o direito de investimento na assistência social, assim como já ocorre para saúde e educação. Nos dois primeiros anos após a aprovação do texto, o governo federal arcará com 0,5%, aumentando para 1% no terceiro ano. O relatório atual, do deputado André Figueiredo (PDT-CE), também garante que 2% do montante arrecadado seja mantido na União para gerir e executar ações de assistência social.

Esse orçamento será usado para auxiliar pessoas em emergências, como a tragédia causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, em 2024. Outra finalidade é manter os centros de Referência de Assistência

Social (CRAS), os centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). A PEC também prevê o pagamento de profissionais como psicólogos, assistentes sociais e outros que atuam na linha de frente, e uma renda mínima para pessoas que vivem em situação de pobreza.

Nas redes sociais, ao falar da votação, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou que a proposta fortalece os municípios por garantir mais recursos federais para essa finalidade, além de desafogar o orçamento das prefeituras.

Comissões

No Senado, está previsto o retorno da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que agora tem acesso aos documentos disponibilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Comissão de Valores Econômicos (CVM) a respeito do caso do Banco Master.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado também continua o trabalho. Amanhã, deve comparecer o Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia. O ex-governador do DF Ibaneis Rocha também está marcado, mas o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), desobrigou a presença dele na CPI.

A comissão tem de finalizar os trabalhos até o dia 14. A intenção dos integrantes é prorrogá-la, mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), não deu sinal de autorizar a extensão da investigação.

No dia 14, por sinal, está marcada a oitiva do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro.

BRASÍLIA

66 anos

Uma cidade em constante transformação

Ao longo de mais de seis décadas, a capital se transformou e se reinventou. Para celebrar essa trajetória, o Correio Braziliense prepara um projeto especial com presença multiplataforma sobre o presente e o futuro da cidade.

Faça parte dessa celebração e a se conecte com um público que acompanha, todos os dias, as transformações de Brasília.

Associe sua marca ao especial **Brasília 66 anos**.

Entre em contato com
nosso comercial!

Associe sua marca a um dos
projetos mais estratégicos do DF.



Apoio:

SESI Serviço Social da Indústria

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

ADEMI

Realização:

CORREIO BRAZILIENSE

Promoção:

CB Brands ESTÚDIO DE CONTEÚDO